

Recursos oficiais para financiar o crescimento

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O programa que o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, apresentou na quinta-feira à bancada do PMDB no Congresso Nacional propõe-se apenas a alinhar as diretrizes gerais de financiamento ao desenvolvimento econômico do País nos próximos cinco anos e conta, como fontes internas, com um tripé básico: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) e o Banco do Brasil, através dos recursos captados pela Caderneta de Poupança Rural.

Aquelas três fontes de financiamento internas devem injetar no processo produtivo, neste ano, CZ\$ 304,6 bilhões. Ainda internamente, embora não dimensionados, o governo conta com uma política realista de preços e tarifas do setor público suficiente para autofinanciar as empresas estatais e, ainda, com uma resposta favorável da receita tributária — para um crescimento estimado, em média, em 7% ao ano —, além da contribuição da poupança privada.

A nível de setor privado, o Ministério da Fazenda acredita que a poupança está sendo estimulada através da Caderneta de Poupança Pécúlio e do Programa de Aposentadoria Integral do Trabalhador (PAIT). Também consta das diretrizes uma política adequada de taxas de juros que permita fazer fluir os recursos captados pelo sistema financeiro para os setores mais produtivos.

PAPEL DOS BANCOS

Por enquanto, o papel dos bancos privados no programa de financiamento restringe-se a complementar as agências de fomento — o Brasil conta hoje com apenas dois supridores de crédito de longo prazo, o BNDES e o FND — através dos empréstimos de curto prazo que alimentam as atividades das empresas via capital de giro.

O Ministério da Fazenda não discriminou, no documento apresentado no Congresso, a alocação de recursos que vão financiar o desenvolvimento a partir de 1988. As previsões para os anos subsequentes dependem de variáveis, inclusive dos níveis da taxa de inflação, e, conforme observou categorizado técnico a este jornal, o programa não pode ser confundido com um plano econômico. Também não estão embutidas no documento as taxas de investimento e de poupança interna com as quais o governo trabalha. O Ministério da Fazenda aguarda a revisão daqueles indicadores, referentes a 1985 e a 1986, que está sendo atualmente processada pela Fundação IBGE. Com base nos novos dados é que pretende desenvolver os exercícios necessários a projeções futuras.

Alguns deputados e senadores questionaram a falta de consistência do programa elaborado pelo Ministério da Fazenda porque não contém detalhamento de onde sairão os recursos para sustentar o crescimento até 1991. Na sexta-feira, o ministro Dilson Funaro, respondendo especificamente às dúvidas manifestadas pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) indicou que está à disposição para detalhar, item por item, a origem dos recursos. Apesar das críticas, considerou co-

mo positivas as repercussões de seu programa, conforme relato da repórter Jurema Baesse. Esse mesmo documento, conforme foi distribuído aos parlamentares, será levado pelo ministro da Fazenda para orientação dos bancos privados estrangeiros e autoridades do governo norte-americano, na viagem que fará aos Estados Unidos nesta semana, onde participa da reunião anual do comitê do Fundo Monetário Internacional (FMI).

FINANCIAMENTO EXTERNO

A equação de financiamento ao crescimento econômico, de qualquer modo, conta com uma peça fundamental para ser fechada. O País não conseguirá crescer à taxa de 7% ao ano, em média, caso não consiga o pretendido financiamento externo estimado em US\$ 4 bilhões ao ano, já a partir de 1987. Esse será, conforme está explícito no documento, o hiato de recursos na ausência de uma renegociação da dívida externa.

O governo propõe a capitalização de parte dos juros devidos e conta, ainda, com uma redução expressiva do custo médio da dívida para ajudar a sustentar o crescimento.

Para 1987, o FND será capaz de alocar CZ\$ 170 bilhões no financiamento a investimentos de infraestrutura, isto a preços de dezembro deste ano. A alocação de recursos está assim discriminada, embora o somatório dê CZ\$ 120 bilhões, posição calculada a preços de janeiro último.

O FND vai aportar CZ\$ 30 bilhões para alavancar projetos federais e estaduais de investimento no setor de energia elétrica e outros CZ\$ 18 bilhões serão destinados aos investimentos das coligadas da Eletrobrás e de Itaipu. Siderurgia — O FND contribui com CZ\$ 30 bilhões neste ano; transportes (basicamente ferrovias e portos) a alocação do Fundo é de CZ\$ 18 bilhões.

Para o desenvolvimento industrial privado, o FND fará repasse de CZ\$ 19,5 bilhões através do BNDES; para o desenvolvimento tecnológico serão destinados CZ\$ 3 bilhões. O Fundo Nacional de Desenvolvimento vai destinar, ainda, CZ\$ 7 bilhões para armazenagem e CZ\$ 5 bilhões à agroindústria.

Através do Banco do Brasil, estimam-se em CZ\$ 50 bilhões as aplicações de recursos nos investimentos do setor agrícola com a captação da poupança rural. O BNDES conta com CZ\$ 84,6 bilhões, a preços de dezembro de 1986, para ajuda no financiamento aos investimentos nos setores da indústria, da infraestrutura, da energia e da agricultura.

APOSENTADORIA — O Congresso Nacional deverá apreciar o projeto de lei nº 6665-A, de 1985, de autoria do Senado Federal, autorizando a contagem recíproca para fins de aposentadoria, para o professor que trabalhe no serviço público e em instituições privadas.

A proposta tem pareceres favoráveis das comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público e de Finanças.